

EAD – SUA ORIGEM HISTÓRICA, EVOLUÇÃO E ATUALIDADE BRASILEIRA FACE AO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO PRESENCIAL

Maio 2008

Karla da Silva Costa – FaE/UFMG – karlacosta@hotmail.com [2]
Geniana Guimarães Faria – FaE/UFMG- genianaguimaraes@hotmail.com [3]

Categoria
Estratégias e Políticas

Setor Educacional
Educação Universitária

Natureza
Relatório de Pesquisa

Classe
Investigação Científica

RESUMO

Este trabalho é um relatório da primeira etapa de uma pesquisa que tem como objeto o estudo da relação da Educação a Distância no Brasil com a Educação presencial. Seu foco de análise são as variáveis intervenientes na estrutura curricular de cursos de graduação ofertados nas modalidades presencial e a distância. E seu objetivo é, a partir da identificação de pontos de aproximação e distanciamento das referidas estruturas, construir um quadro referencial de pontos que devem ser uniformizados a fim de permitir uma maior mobilidade de estudantes entre as modalidades presencial e a distância. Nessa primeira etapa foram levantados alguns dados que permitem o desenho do cenário atual da EAD no Brasil e que justificam o interesse nessa investigação. Afinal, segundo esses dados, a EAD vem registrando crescimento considerável nos últimos anos. A hipótese considerada sugere que o número de concluintes em cursos ofertados, simultaneamente, nas modalidades presencial e a distância poderia ser maior com a integração entre as estruturas curriculares desses cursos.

Palavras –chave: EAD, Educação Superior, Estrutura curricular, Mobilidade

1- Introdução

A Educação a Distância (EAD) no Brasil, é considerada, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), uma forma de ensino[4] que possibilita a auto-aprendizagem, como a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação”. Importante frisar que o conceito de EAD como a própria EAD, vem sofrendo alterações à medida que novas teorias, novas mídias, novos métodos de ensino estão sendo desenvolvidos.

Na literatura, a EAD vem sendo conceituada como

“uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professor e alunos, em que a comunicação bidirecional entre os vários sujeitos do processo (professor, alunos, monitores, administração) seja realizada por meio de algum recurso tecnológico intermediário, como cartas, textos impressos, televisão, radiodifusão ou ambientes computacionais” (ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004, p.6)

Para Llamas, a EAD é uma estratégia educativa baseada na aplicação da tecnologia à aprendizagem, e por isso, não obedece a limites de lugar, tempo, ocupação ou idade. Elementos que demandam novos papéis para alunos e professores, bem como novas atitudes e novos enfoques metodológicos. (et al. ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004)

Nesse conceito de Llamas, a EAD é tratada como uma estratégia educativa que utiliza a tecnologia como ferramenta. Tecnologia esta que não restringe a EAD ao uso do computador apenas. Isso é interessante porque, como dito anteriormente, a EAD se utiliza de diversos meios: cartas, textos impressos, radiodifusão, entre outros.

Outros pontos destacados pela definição de Llamas são a “quebra” da barreira espaço/tempo e a democratização do acesso. Qualquer pessoa, independentemente de idade, ocupação tempo e lugar pode fazer uso dessa estratégia. (et al. ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004)

Por conseguinte, em face dessa nova realidade os papéis do professor e do aluno demandam mudanças fato que vem ensejando trabalhos e ações investigativas.

Há ainda outros aspectos da EAD que merecem destaque. O primeiro é que essa estratégia ou atividade de ensino coaduna com políticas que vem sendo implementadas no Brasil e no mundo que visam a universalização da educação. E um segundo aspecto é que a expansão e a popularização do aumento do computador vem contribuindo para seu uso como ferramenta didático-pedagógica e isso, por conseguinte, contribui para que a EAD atenda, cada vez mais, a um número maior de pessoas.

Em suma, é possível compreender a Educação a Distância como uma “estratégia desenvolvida por sistemas educativos para oferecer educação a

setores ou grupos da população que, por razões diversas, têm dificuldade de acesso a serviços educativos regulares.” [5]

No Brasil, a Educação a Distância (EAD) como forma de ensino tem suas primeiras experiências registradas no fim do século XIX, pelos idos da década de 1850, quando, segundo Marques (2004), “agricultores e pecuaristas europeus aprendiam, por correspondência, como plantar ou qual a melhor forma de cuidar do rebanho”.

Mas segundo Dovicchi, no século XVIII, um professor de taquigrafia anunciou, em Boston, num jornal, que se propunha a ensinar a matéria por correspondência. Ainda segundo Dovicchi, em 1840 Pitman iniciou o primeiro curso regular de taquigrafia por correspondência. (ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004)

No Brasil, a EAD aparece no século passado, por volta de 1904. Na ocasião escolas internacionais que eram instituições privadas que ofereciam cursos pagos, por correspondência. Trinta anos mais tarde, em 1934, já mais concretamente, e a vez do Instituto Monitor [6] iniciar suas atividades e em 1939 o Instituto Universal Brasileiro, em São Paulo. (MARQUES, 2004)

Ainda hoje, quando a internet é vista como principal ferramenta da EAD (educação a distância), as duas entidades ainda optam por transmitir suas aulas por apostilas enviadas pelo correio. (MARQUES, 2004)

É importante destacar que durante esses primeiros anos quando a EAD – Educação à Distância estava se consolidando, o rádio foi uma importante ferramenta na difusão dessa modalidade de ensino. Um bom exemplo disso é relatado por MARQUES (2004) e data de 1947 quando o Senac e o Sesc com a colaboração de emissoras associadas, criaram a Nova Universidade [7] do Ar, em São Paulo, com objetivo de oferecer cursos comerciais radiofônicos. A aceitação foi positiva e em 1950 a Universidade do Ar chegou a atingir 318 localidades e oitenta mil alunos.

Os programas, gravados em discos de vinil, eram repassados às emissoras que programavam as emissões das aulas nos radiopostos três vezes por semana. Nos dias alternados, os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios, com o auxílio dos monitores. (MARQUES, 2004)

Na década de 1960, o Movimento de Educação de Base (MEB), a Igreja Católica e o Governo Federal, fizeram uso do sistema radioeducativo, com o objetivo de promover a educação, a conscientização, a politização e a educação sindicalista.

Já na década de 1970 surgiram o projeto Minerva (um convênio entre Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta) cujo objetivo era produção de textos e programas frutos de um convênio entre o Governo Federal e a Inglaterra. Como parte das ações conjuntas, o Brasil enviou para a Inglaterra, em 1972, um grupo de educadores tendo à frente o conselheiro Newton Sucupira. Ao fim dos trabalhos foi elaborado um relatório que marcou uma posição

reacionária às mudanças no sistema educacional brasileiro, colocando um grande obstáculo à implantação da Universidade Aberta e a Distância no Brasil.[8]

Em 1976 foi criado o Sistema Nacional de Teleducação. Segundo MARQUES (2004) “o programa que operava principalmente através de ensino por correspondência” e “realizou, também, algumas experiências (1977/1979) com rádio e TV. Em 12 anos, o Sistema acumulou 1.403.105 matrículas, em cerca de 40 cursos diferentes.

Um bom exemplo da EAD via televisiva, ou também chamada de Teleducação ou Telecursos são os cursos até hoje ofertados pela Fundação Roberto Marinho. Nessa modalidade de EAD, fundações privadas e não-governamentais começaram a oferecer supletivo a distância na década de 70, no modelo de teleducação (telecurso), com aulas via satélite complementadas por kits de materiais impressos. Nessa época, o país era considerado um dos líderes da modalidade, com os pontos fortes também no Projeto SACI e Projeto Minerva, que já capacitava professores com formação, apenas, em magistério. (MARQUES,2004)

Com o avanço dos meios de comunicação e a ampliação do acesso a internet, entre 1988 e 1991, processou-se a informatização e a reestruturação do Sistema de Teleducação. Foram estabelecidas diretrizes válidas até hoje, e foi nesse contexto que, em 1995, destaca MARQUES, o Departamento Nacional de Educação criou um setor destinado exclusivamente à EAD --o CEAD (Centro Nacional de Educação a Distância).

A década de 1990 registra ainda a criação da Universidade Aberta de Brasília (Lei 403/92), podendo atingir três campos distintos, Ampliação do conhecimento cultural: organização de cursos específicos de acesso a todos; Educação continuada: reciclagem profissional às diversas categorias de trabalhadores e àqueles que já passaram pela universidade; Ensino superior: englobando tanto a graduação como a pós-graduação

Outras instituições como a Universidade Federal de Santa Catarina, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a Universidade Federal de Lavras, etc.

Sob o prisma da normalização da EAD, o marco cronológico é 1996, quando a Lei nº 9.394/96 “oficializa a era normativa da educação a distância no Brasil pela primeira vez, como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Pela primeira vez, na história da legislação ordinária, o tema da EAD se converte em objeto formal.” (MARQUES,2004)

No ano seguinte, iniciaram-se os primeiros cursos de pós-graduação, mas somente dois anos depois, em 1999 que o MEC (Ministério da Educação) começou a se organizar para credenciar oficialmente instituições universitárias para atuar na EAD, processo que ganhou corpo em 2002. (MARQUES,2004)

Atualmente, são várias as instituições autorizadas a ofertar cursos de graduação e especialização, e segundo a ABED (Associação Brasileira de

Educação a Distância) também é grande o número de oferta de cursos livres e profissionalizantes, que não precisam de regulamentação.

1-A Educação Superior a Distância no Brasil

O estudo do processo de desenvolvimento do ensino superior no Brasil é um desafio, em face de tantas e tão complexas dimensões nele implicadas. Em termos quantitativos, os números são eloqüentes. No ano de 1931, havia aproximadamente 20 mil estudantes matriculados nos cursos de engenharia, medicina e direito, duas ou três universidades e um número indeterminado de faculdades isoladas. (CUNHA, 2004:795)

Em 1968 o sistema universitário brasileiro já contava com, aproximadamente, 31 universidades públicas financiadas pelo Estado e cerca de 11 universidades privadas de caráter confessional e uma presbiteriana, a Mackenzie. Sendo que estas não poderiam ter fins lucrativos. (CALDERON,2000:62). Algumas décadas depois, em 2004, o Censo já registrava um total de 4.163.733 e 2.013 instituições de ensino superior.

Com relação ao Ensino Superior à distância, as bases legais foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998).

A pós graduação lato e *stricto sensu* foi regulamentada em abril de 2001 quando a Resolução n.º 1, do Conselho Nacional de Educação estabeleceu as normas para a sua prestação.

1.1 As bases legais da Educação Superior a Distância no Brasil

Nessa modalidade, estão incluídos os cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, e a pós-graduação. No caso dos primeiros, os cursos de graduação, segundo a regulamentação e a instruções disponíveis no sítio do MEC, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao Ministério da Educação e solicitar para isto, a autorização de funcionamento para cada curso que pretenda oferecer.

Iniciado o processo será analisado na Secretaria de Educação Superior, por uma Comissão de Especialistas na área do curso em questão e por especialistas em educação à distância. No final será emitido um parecer dessa Comissão que será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação. Ou seja, o trâmite é o mesmo aplicável aos cursos presenciais.

Importante frisar que a qualidade do projeto da instituição será o foco principal da análise. Diante disso, o MEC informa que com intuito de orientar a elaboração de um projeto de curso de graduação à distância, a Secretaria de

Educação a Distância elaborou o documento Indicadores de qualidade para cursos de graduação a distância, que fica disponível no sítio do Ministério para consulta.

No segundo caso, cursos tecnológicos o procedimento é semelhante aos cursos de graduação, haja vista, que são uma modalidade dos mesmos.

Quanto à terceira modalidade, cursos de mestrado, doutorado e especialização a distância, o tratamento normativo foi dado pelo Capítulo V do Decreto n.º 5.622/05 e pela Resolução nº 01, da Câmara de Ensino Superior-CES, do Conselho Nacional de Educação-CNE, em 3 de abril de 2001.

Segundo o artigo 24 do Decreto n.º 5.622/05, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996, determina que

“os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedecem às exigências de autorização, reconhecimento” [9]

Já os cursos de pós-graduação *lato sensu*, segundo o artigo 11, a Resolução nº 1, de 2001, também conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394/96, de 1996, que estabelece que esses cursos na modalidade a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União e deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso.[10]

2-O cenário atual da EAD no Brasil – síntese dos levantamentos preliminares

Nessa primeira fase da pesquisa foi feito um diagnóstico do cenário da EAD no Brasil. O Censo da Educação Superior de 2006 foi a base de dados utilizada e que permitiu algumas das conclusões apresentadas abaixo.

O número de alunos matriculados nessa modalidade de ensino, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2006. Nos gráficos abaixo fica evidenciado o crescimento de cursos e matrículas nessa modalidade de ensino. Vejamos:

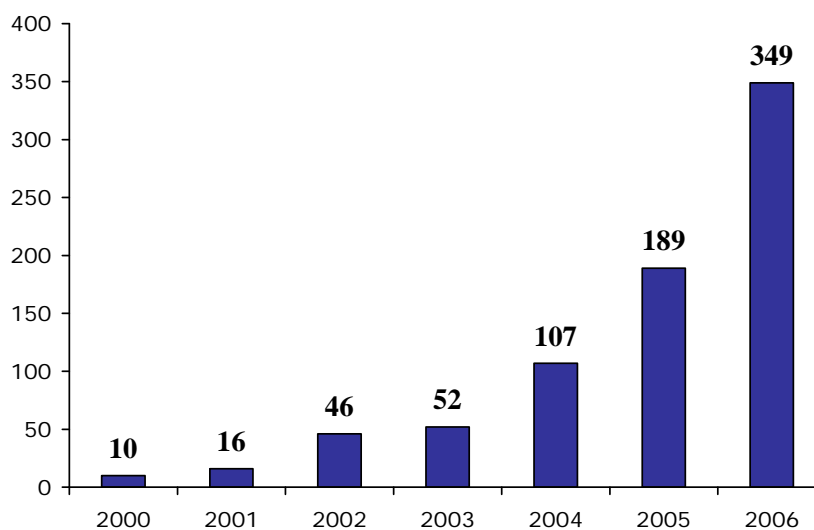


GRÁFICO 1: Cursos de EAD

Fonte: Inep/MEC

Analisando os dados do Censo, é possível constatar um crescimento no número de cursos ofertados na modalidade a distância superior a 500%. O número de instituições também registrou significativo crescimento, principalmente, no período entre 2003 e 2006 (TAB.1)

Ano	Nº de Instituições
2000	7
2001	10
2002	25
2003	38
2004	47
2005	73
2006	77

TABELA 1: Relação número de instituições de ensino superior/ano na oferta de cursos de EAD

Fonte: Inep/MEC

O número de matrículas nos cursos registrou crescimento significativo apesar de não ser equivalente ao número de cursos. Esse crescimento pode ser reflexo da resistência que ainda existe com relação aos cursos a distância. Analisando o gráfico abaixo (GRAF.2) é possível concluir que o número de matrículas em cursos de graduação na modalidade a distância registrou no período um crescimento superior a 200%.

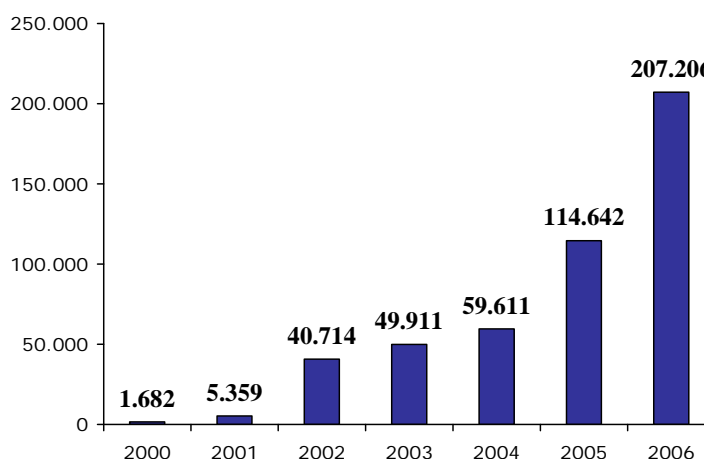


GRÁFICO 2: Matrículas em EAD

Fonte: Inep/MEC

O gráfico seguinte (GRAF.3) demonstra a evolução do número de alunos inscritos em cursos de EAD. É possível constatar um crescimento significativo no período de 2003 a 2006. Percentualmente, verifica-se um aumento superior a 1000%. Dado relevante para a investigação que vem sendo desenvolvida.

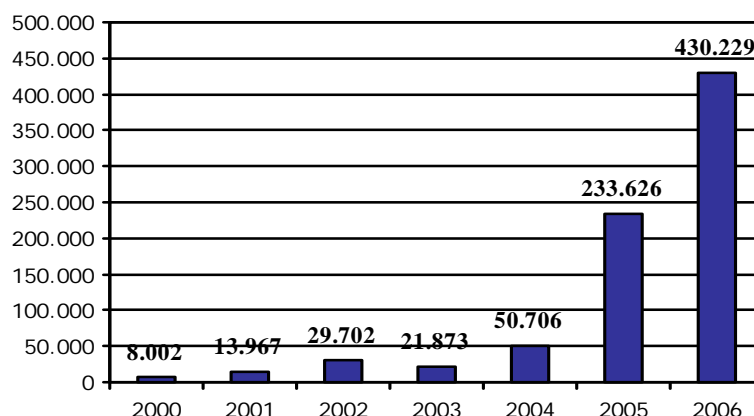


GRÁFICO 3: Evolução de inscritos em EAD na graduação

FORNTE: MEC / INEP 2006

Apesar desse aumento do número de alunos inscritos, o número de alunos concluintes ainda é modesto, se comparados. No gráfico 4, é possível constatar que o número de concluintes cresceu cerca da metade, em termos percentuais, do crescimento registrado no número de inscritos. Vejamos:

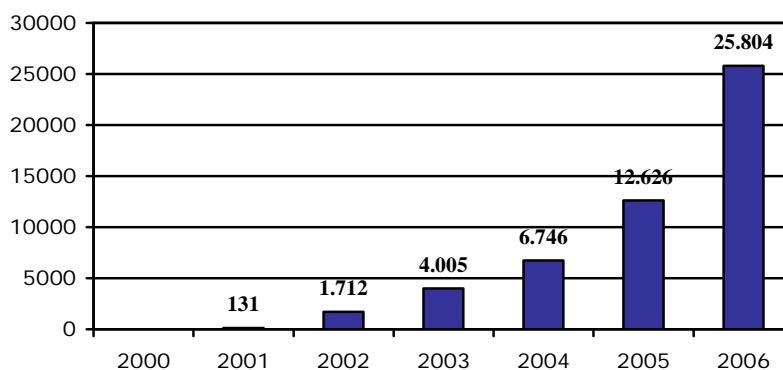


GRÁFICO 5: Evolução do número de concluintes em EAD na graduação
 FONTE: MEC /INEP 2006

Em números absolutos, o número de concluintes é significativamente menor do que o de inscritos. Uma hipótese a ser considerada é que o número de concluintes contabilizados, dada a duração dos cursos, reflete um período de crescimento pequeno e quase inexpressivo da EAD. A comprovação dessa hipótese está sendo buscada nos dados do MEC quanto ao número de alunos concluintes nos anos de 2007 e de 2008, que provavelmente será bem superior ao total apurado em 2006.

Notas

[¹] Trata-se de um projeto que vem sendo desenvolvido pelas autoras a partir de suas linhas de formação acadêmica.

[²] Advogada, Especialista em Docência do Ensino Superior e Informática pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Educação, Mestranda em Educação, sub linha, Políticas Públicas, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG)

[³] Pedagoga pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Analista Educacional (Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais), Especialista em Psicopedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Mestranda em Educação, sub linha, Políticas Públicas, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG)

[⁴] É importante distinguir Ensino a Distância de Educação a Distância. Segundo Chaves (et. al ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004,p.8) ensino a distância é a expressão tecnicamente correta. Educação e aprendizagem são processos que acontecem dentro do indivíduo- não há como a educação e a aprendizagem possam ocorrer remotamente ou a distância. (...) É possível, entretanto, ensinar a distância

[⁵] Disponível em <<http://ead.faesa.br/ead.htm>>

[⁶] Trata-se da instituição mais antiga em funcionamento no país a oferecer educação não-presencial. (MARQUES,2004 disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u16139.shtml>)

[⁷] A primeira Universidade do AR teria sido criada em 1941. Disponível em <<http://ead.faesa.br/ead.htm>>

[⁸] Disponível em <<http://ead.faesa.br/ead.htm>>

[⁹] Disponível<www.mec.gov.br>

[¹⁰] Disponível: <www.mec.gov.br>

Referências Bibliográficas

[1]ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem.Educ. Pesqui. v.29 n.2 São Paulo jul./dez. 2003

[2]Incorporação da tecnologia de informação na escola: vencendo desafios, articulando saberes, tecendo a rede. In: MORAES, M. C. (Org.). *Educação a distância: fundamentos e práticas*. Campinas, SP: NIED/Unicamp, 2002

[3]ALVES,Rêmulô Maia; ZAMBALDE, André Luiz; & FIGUEIREDO, Cristhiane Xavier..Ensino a Distancia. UFLA/FAEPE. 2004.

[4]CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. Cortez. 2 edição. Rio de Janeiro:1995

[5]MEIRELES, Almir José. A rodada do milênio da OMC: como culpar o resto do mundo pelas nossas mazelas. Balde Branco. São Paulo: v.36 , n.422 , p. 56-59, dez. 1999

[6]ROSA, Maurício & MALTEMPI,Marcus Vinicius 'A avaliação vista sob o aspecto da educação a distância. v.14 n.50 Rio de Janeiro jan./mar. 2006

[7]SILVEIRA, Lucimar Leão. Metodologia do Ensino Superior. UFLA/FAEPE. 2005.

[8]BRASIL.Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispões sobre a Diretrizes e Bases da Educação.disponível em <www.mec.gov.br >acesso em 11/06/2007

[9]BRASIL.Medida Provisória nº 213 de 10/09/2004 que institui o ProUni-Programa Universidade para Todos. Disponível em www.mec.gov.br/prouni acesso em 17/06/2007

[10]BRASIL.Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.Brasília,Senado,1988

[11]_____.O futuro da Educação Superior particular no Brasil Portal Universia, 25/07/2002 disponível em : www.aprendervirtual.com/ver_noticia.php?codigo=72 . Capturado em 14/06/2007

[12]_____.500 Anos de Educação no Brasil. 2º edição. Autentica. Belo Horizonte: 2000

[13]Ministério da Educação e Cultura www.mec.gov.br último acesso em 7/6/2007

[14] BRASIL. Censo da Educação Superior. (2006). Inep/Mec; Ibge/Pnad. MEC Disponível em www.edudatabrasil.inep.gov.br.

Site consultado:<<http://ead.faesa.br/ead.htm>>